



UM ENSAIO SOBRE AS MULHERES NEGRAS O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E O RACISMO

AN ESSAY ON BLACK WOMEN HOUSEWORK IN BRAZIL AND RACISM

Cristiane Westrup¹

Palavras-chave: Acesso à escolaridade; hierarquia racial; miscigenação. subalternidade.

Keywords: Access to schooling; racial hierarchy; miscegenation. subordination.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender a subalternidade como condição imposta às mulheres negras, sua relação com o trabalho doméstico e o racismo. Como a estrutura racial contribuiu para que o trabalho doméstico no Brasil seja realizado predominantemente por mulheres negras. Como objetivos específicos: a) pesquisar a partir hierarquia racial que estrutura a sociedade brasileira e mantém mulheres negras sob condições subalternas; b) estudar a relação entre o trabalho doméstico e as mulheres negras; c) Demonstrar alguns depoimentos sobre as experiências e as condições do trabalho doméstico no Brasil. O método de abordagem deste trabalho é o dedutivo e método de procedimento monográfico. A técnica de pesquisa será documental e bibliográfica, valendo-se de material documental sobre o tema exposto, como livros, periódicos, teses, dissertações e artigos científicos. O racismo é o que mantém a hierarquia racial da sociedade brasileira. O processo de embranquecimento, advindo da recepção das teorias raciais², como política de Estado no Brasil, desde o século XIX, ainda no

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UNESC). Graduada em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Gênero e Raça – NEGRA. E-mail: cristiane.wp79@gmail.com

² As teorias raciais de base eurocêntrica assimiladas pelas instituições brasileiras que legitimaram no colonialismo a suposta inferioridade dos povos colonizados e escravizados, no período da pós-abolição, numa contínua política de embranquecimento da população, Algumas dessas teorias racistas como a miscigenação como base para a formulação do mito da democracia racial, uma



Império, se acentuando no período da pós-abolição com o advento da República adentrando as primeiras décadas do século XX. Através da miscigenação, se consolidou o mito da democracia racial, onde todos/todas somos brasileiros/as com os mesmos direitos, não existindo desigualdades. Essa brasilidade construída foi determinante que esse conceito de democracia racial servir como uma eficaz uma cortina de fumaça para encobrir o racismo brasileiro que ao mesmo tempo mantê-lo cristalizado através do tempo. De acordo com Lélia Gonzalez alguns desses elementos históricos trazem uma compreensão sobre a situação da mulher negra em especial e da população negra no contexto da sociedade brasileira. Já no período da escravidão a população negra representava o maior contingente da população na América. Aqui no Brasil, a população negra aumentava conforme o processo de miscigenação (casamento inter-racial) que consistia na violência a que era exposta a mulher negra por uma minoria branca (os senhores proprietários de engenhos, traficantes de escravizados) [...]. Dessa relação se fundou o mito da democracia racial na década de 1930 até a atualidade, segundo o qual o racismo não existe em decorrência da miscigenação (GONZALEZ, 2018, p. 34-35). Mulheres de todo o mundo trabalham em condições de subalternidade uma força de trabalho de maioria racializada, que ocupam estes postos de trabalho, que na maioria das vezes significa trabalho mal remunerado, insalubre, de grande risco, em períodos noturnos e de madrugada quando os escritórios, o comércio, as universidades, os hospitais estão vazios. Essas mulheres têm a função de limpar o mundo para que este siga funcionando dentro da lógica do capital. Um trabalho indispensável, porém mantido na invisibilidade (VERGÈS, p.16-17). Em 1932 no Brasil, as mulheres após o movimento “sufragista feminino” conquistaram o direito ao voto, embora esse direito não estivesse ao alcance da maioria da população que se classificava como analfabetos. A população negra, pobre e analfabeta, assim como a maioria das mulheres negras não tinha assegurado o direito ao voto. Isso fazia com que não tivessem acesso à participação política, logo não havia possibilidades de acesso à uma situação econômica mais favorável. Conforme

cognição construída em todos os âmbitos da sociedade de que não há no Brasil conflitos de nível racial.



Petrônio Domingues, as mulheres negras “ocupavam” empregos subalternizados, atuando no serviço doméstico nas residências das famílias abastadas, costureiras, cozinheiras, passadeiras, copeiras e lavadeiras, submetidas à exploração do seu trabalho, muitas vezes a única possibilidade de sustento de suas famílias (DOMINGUES, 2007, p. 355-360). A história da educação dos negros no Brasil é permeada por muitos elementos que convergiam para que essa população não pudesse ter acesso. Existiam Leis que regulamentavam a instrução a nível público tanto no Império como na República. Não eram permitidas matrículas escolares para escravizados/africanos e doentes contagiosos. A educação sempre foi colocada como um não lugar para a população negra, mantendo uma hierarquização que perdura no tempo, criando barreiras intransponíveis, concretas ou simbólicas, fixando os lugares sociais e raciais, atingindo diretamente a possibilidade de mobilidade dos negros. Na pós-abolição a população negra começa a se organizar e a reivindicar o acesso à educação, que ainda continua um direito inalcançável. Na República, o magistério passou a ser uma possibilidade de educação para as mulheres, em especial para as mulheres negras. Uma oportunidade de romper com a rígida hierarquia racial e social estabelecida. Mas a presença de mulheres pobres e negras no ensino não agradava as elites. Alguns políticos formularam projetos de Lei com o propósito de aumento das taxas de inscrição e de matrícula na escola regular (ROMÃO, 2021, p. 8-85). As mulheres negras sempre ocuparam a base da pirâmide social, muitas situadas em condições de extrema pobreza. Estão expostas ao analfabetismo, ao subemprego, sem acesso aos serviços básicos como educação e saúde. São as que mais sofrem com a violência, fazem parte da população que não possuem o acesso aos bens e serviços usufruídos pela sociedade (PARENTE, 2008, p. 1). Preta Rara através do seu Livro “Eu empregada doméstica”, tornou-se porta-voz das empregadas domésticas no Brasil, contando suas experiências de trabalho como empregada doméstica a partir de uma página do *Facebook* criada em julho de 2016. Trazendo também em sua obra, narrativas outras de mulheres negras, também domésticas que compartilham suas dores e silêncios desse lugar subalternizado e invisível. “Comecei trabalhar aos 14 anos. Todas as minhas patroas foram “boas” para mim



[...] só aquelas coisas né? De poder comer quando todos já comeram. Já teve vez que eu passava o dia todo trabalhando, e ela só me dava dois salgadinhos” (RARA, 2019, p.15). O acesso ao trabalho significa a condição fundamental para a existência e sobrevivência e a supressão desse direito é a ausência de cidadania. Temos no Brasil um elevado índice de desemprego e, simultaneamente o mercado de trabalho exige alto nível de escolarização da mão de obra excedente, mesmo para os trabalhos mais precarizados, distanciando a população negra do mercado de trabalho, pois esta se encontra em maiores condições de subalternidade e desigualdade educacional (CARNEIRO, 2011, p.110-113). A mulher negra durante o período da escravidão na figura da mucama tinha a função de manter a estrutura da casa grande, ou seja, todo o serviço “doméstico”, amamentar os filhos (crianças brancas) das “sinhas” estando sujeitas ao assédio e violência sexual do “senhor branco”. Através da mucama criou-se a “mãe preta” como a que prestou cuidados e educou as crianças brancas de seus “senhores” (GONZALEZ, 2018, p.39). Essa percepção racista construída socialmente sobre as mulheres negras ainda na escravidão, pelo mito da democracia racial se perpetua no tempo na figura da empregada doméstica, mulheres negras em sua maioria e, como esse tipo de trabalho é precarizado no Brasil, mantendo essas mulheres em condições de subalternidade. “eu tinha apenas sete anos de idade [...] Eu era obrigada a dormir em uma casinha de madeira ao lado da casinha do cachorro, no qual ela jogava o resto de comida no meu prato no chão, igual o do cachorro” (RARA, 2019, p. 18). O racismo é um marcador que determina a estrutura racial vigente da sociedade brasileira, formando uma barreira do não acesso aos bens e serviços pela população negra, dificultando o acesso à cidadania aumentando as desigualdades em todos os âmbitos da sociedade. O acesso à educação ainda é uma barreira atual para a população negra no Brasil integrando a pauta das políticas das ações afirmativas que constitui uma das possibilidades de transformação social para o alcance da cidadania. O racismo faz com que mulheres negras ocupem a base do trabalho doméstico e subalternizado no país, um trabalho precarizado em que não são reconhecidas como trabalhadoras, visto a contínua violação de seus direitos e de sua dignidade, sob o signo da desumanização.



REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**: consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: ago.2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzales em primeira pessoa. 1ª ed. São Paulo: Filhos da África, 2018.

PARENTE, Regina Marques. O silêncio da cor. (UFSCar/SP). Mulheres negras, raça e gênero, identidade. ST 69: Pensamento negro, corporeidade e gênero: textualidades acadêmicas, literárias e ativistas. 2008. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**.

RARA, Preta. Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Cais, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.